

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2017.

I Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto

As palavras que marcaram esse encontro foram coragem, resistência e luta.

Pesquisadoras e ativistas de quinze estados brasileiros, reunidas na Universidade Federal de Minas Gerais na cidade de Belo Horizonte cientes do contexto de suspensão do pacto democrático que até o ano de 2016 vigorava no Estado brasileiro se reuniram durante os dias 28 e 29 de setembro de 2017 para discutir questões acerca dos ataques e retrocessos dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Em plenária final aberta do I Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto - I ENPAA, acordam que:

Atualmente o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS) atinge diretamente os direitos das populações historicamente excluídas, incluindo o acesso à saúde integral e de qualidade para as mulheres. Diante disso, nos colocamos em defesa do SUS como direito conquistado pela sociedade civil e pelos movimentos sociais brasileiros, como prerrogativa para dirimir as desigualdades do acesso à saúde.

Nesse contexto, nos posicionamos pela descriminalização, legalização e regulamentação das políticas públicas para efetivação de um serviço de abortamento seguro, gratuito, universal e de qualidade para mulheres cis, sejam heterossexuais, bissexuais ou lésbicas, homens trans e pessoas não binárias.

Salientamos a necessidade de discussão sobre processos de abortamento e suas especificidades nos cursos da saúde, assim como a sensibilização de profissionais que atuam nos serviços de atenção referentes a saúde sexual, saúde reprodutiva e saúde integral.

Para isso faz-se necessário que as/os mesmas/os tenham acesso à discussões referentes às relações étnico-raciais e diversidade sexual e de classe, visto que o racismo institucional e a heteronorma implicam em entraves ao direito à saúde, previsto na Constituição de 1988.

Questionamos também o saber biomédico como organizador dos serviços de saúde e destacamos a necessidade de ampliação da horizontalidade das equipes multidisciplinares, em busca

de um cuidado integral que trabalhe com os conceitos de determinantes sociais da saúde, entendendo a influência desses no processo saúde-doença da população.

Destacamos também o caráter violento e segregador a partir do qual se organizam os espaços onde as pessoas em situação de abortamento são atendidas. Repensar os espaços físicos para recepcioná-las implica em potencializar o cuidado, respeitar a experiência do abortamento e evitar constrangimentos e questionamentos acerca da sua permanência em serviços majoritariamente ocupados por parturientes e puérperas. Reforçamos que não necessariamente abortos ilegais são inseguros, mas sim que a negligência do Estado e o contexto de clandestinidade produz e potencializa situações em que essas práticas ocorrem de forma insegura.

Dessa maneira, apoiamos e ressaltamos a importância a mobilização da rede de advogadas populares que têm articulado a construção do Amicus Curi, de maneira que diferentes organizações possam se posicionar a favor da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 - ADPF 442, que prevê a legalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Entendemos que para apoiá-las nesse enfrentamento, é necessário um esforço conjunto de fomento de discussões, rodas de conversa e divulgação em torno da temática, que para além de pensar o apoio à ação, apresentasse como uma estratégia de articulação de coletivos, ativistas e grupos de pesquisa pelo país.

Entretanto, para o sucesso dessas intervenções, entendemos que é necessário analisar a agenda política pública, no intuito de não apenas barrar os retrocessos propostos em peso contra os direitos das mulheres e outras minorias, mas também de organizar possibilidades de avanços mesmo em tempos em que o fundamentalismo se arvora sobre os direitos básicos.

Comissão Organizadora do I ENPAA
Grupo de Estudos sobre Psicologia e a questão do Aborto na América Latina